

1/1

# A "revolta" dos estudantes de Letras: alguns fios da meada

**1.** O movimento de luta agora desencadeado nas Faculdades de Letras, e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que tem uma estrutura semelhante àquelas, é (mais) uma situação de ruptura, há muito esperada, na crise do ensino e da sociedade portuguesa. Os problemas que estão implicados nesta luta constituem uma meada embaraçada, com muitas pontas que importa agarrar, sob pena de ser impossível tecer soluções correctas. De resto, se analisarmos com atenção a dialéctica do confronto, logo verificamos essa complexidade.

Com efeito, os estudantes, nas suas reuniões gerais, que têm realizado em ambiente quente e ultrapassando as estruturas legais das escolas, ainda que estabelecendo com elas uma ponte, não só têm criticado o Ministério da Educação, mas também os órgãos de gestão das suas faculdades e até os seus colegas que, nos Conselhos Pedagógicos, contribuíram para delinear soluções consideradas por eles inaceitáveis. E entretanto têm deliberado levar a efeito diversos movimentos grevistas. Outros estudantes — e creio que a grande maioria dos professores — consideram basicamente justas as razões que são apresentadas, embora discordem da metodologia do processo reivindicativo. Os Conselhos Científicos e os Conselhos Pedagógicos movem-se na corda bamba, procurando encontrar soluções que por vezes os ultrapassam e tendo pela frente um Ministério que, com aparência dialogante, lhes passa a bola da responsabilidade, numa nítida jogada de diversão. Os antigos licenciados sem profissionalização, nem sequer formação pedagógica, e sem capacidade reivindicativa, constituem, por sua vez, um sector silencioso e injustamente esquecido ou pelo menos subalternizado (já os consideram uma geração necessariamente sacrificada).

**2.** Para entendermos a dinâmica desta complicada luta e os problemas que lhe estão subjacentes, importa ir ao fundo das questões ou, pelo menos, procurar alguns fios da meada.

Evidentemente que a razão essencial se encontra nos aspectos estruturais de crise da sociedade portuguesa (como de outras sociedades), que geraram um aumento significativo de desemprego, inclusivamente nos sectores para que se exigem licenciaturas ou cursos superiores. A falta de emprego não é (recordemo-lo) um exclusivo dos licenciados em Letras, como se pode verificar pelos problemas que agora surgem com os médicos recém-formados. Esta questão do desemprego é, pois, o motivo fundamental do mal-estar que levou à "revolta" dos estudantes. Mas, perante esta situação de crise, o Governo e o seu Ministério da Educação não têm vindo a procurar soluções que, pelo menos, evitassem o agravamento dos problemas. Penso, frontalmente, que é a eles que cabe a maior conta de responsabilidade — não quero dizer que a este Ministério e a este Governo, mas aos sucessivos mi-

nistérios e governos, que não têm sabido, ou não têm podido, criar uma política de Educação adequada ao planeamento de objectivos sociais, bem definidos. E certo que a falta de uma Lei de Bases do Sistema Educativo, só aprovada em fins de 1986 (12 anos depois de Abril!), tarefa que competia à Assembleia da República, poderia justificar, até certo ponto, a falta de capacidade de acção. Digamos, porém, que é apenas uma atenuante, pois o Ministério não tem deixado de tomar medidas, se bem que a sua grande maioria desfasadas, incompletas e incongruentes. É este o caso da legalização, por despacho, de cursos de universidades particulares em áreas já saturadas ou mesmo — o que vem já desde há muito — da institucionalização desses cursos em universidades novas, nem sempre bem apetrechadas para os ministrar, e em situação de vantagem, em termos de profissionalização e emprego, relativamente aos já existentes nas universidades «clássicas». Esta é afinal a grande razão invocada pelos estudantes para as suas reivindicações, razão essa que tem sido apresentada também, desde há algum tempo, embora sem grande força, pelos licenciados nos últimos anos, em situação de desemprego ou de lugar incerto no ensino. (1)

**3.** Na verdade, em quatro das universidades novas (Minho, Aveiro, Évora e Açores) criaram-se licenciaturas «em ensino» nas diversas áreas de estudos, formando-se assim licenciados já profissionalizados que se encontram em nítida vantagem em relação aos licenciados das universidades «clássicas» que, só passados alguns anos, conseguem integrar-se na via da profissionalização docente.

A esta situação de desigualdade, o Ministério tem respondido, e continua a responder, com um argumento — a culpa dessa situação cabe por inteiro às faculdades de Letras que, usando da autonomia conferida às suas universidades, não quiseram adoptar modelos de formação profissionalizante, nomeadamente o das universidades novas. Aliás, esse argumento tem sido também, compreensivelmente, produzido por licenciados das próprias faculdades de Letras em situação profissional desvantajosa. (2)

Será que o problema se pode equacionar assim? Em primeiro lugar, diga-se que a autonomia das universidades não pode continuar a ser utilizada como arma de arremesso que serve para encobrir a falta de uma política de Educação por parte do Ministério. Em segundo lugar, deve afirmar-se que as faculdades de Letras não foram confrontadas oportunamente, isto é, antes de serem criadas as licenciaturas «em ensino», com uma política definida que visasse a necessidade de alterar os seus planos de estudos para evitar o prejuízo dos seus licenciados. Quando debateram as questões curriculares, tendo em conta a possibilidade de abrirem aos seus licenciados uma formação pedagógica que os orientasse para a profissionalização docente, fizeram-no perante os factos consumados e a única crítica que se pode dirigir pertinentemente a essas faculdades é a de terem demorado tempo de mais a aperceberem-se da situação de injustiça em que se encontravam os seus licenciados e, quando muito, a de terem hesitado quanto às medidas a tomar (estou à

vontade para o afirmar, porque em devido tempo alertei o Conselho Científico para o problema e analisei-o na imprensa) (3). Em terceiro lugar, tem de se sublinhar que a adopção do modelo curricular das licenciaturas em ensino das universidades novas — que integram no meio das unidades disciplinares de formação específica (em História, Filosofia, Línguas e Literaturas, etc.), cadeiras de formação pedagógica numa percentagem elevada, terminando num 5.º ano com um estágio apoiado ainda numa formação teórica de tipo pedagógico — não é uma questão pacífica. E é também discutível, apesar de supor uma estrutura diferente, a eventual adopção dos modelos das licenciaturas «em educação» das faculdades de Ciências, que se formam só a partir do 3.º ano e que têm uma carga de disciplinas pedagógicas bem menor. As dúvidas das faculdades de Letras baseiam-se em motivos ponderosos, não só de natureza científico-pedagógica, mas até de natureza profissional.

**4.** Já tenho dito por diversas vezes que não me seduz o «sistema integrado» das licenciaturas em ensino vigentes nas universidades novas. A carga lectiva de disciplinas de educação, em licenciaturas de apenas 4 anos (ou mais um para o estágio), prejudicará sem dúvida a formação científica específica, podendo habilitar o aluno a como ensinar mais do que ensinar (criticamente) o que. De resto, tenho ouvido a docentes das universidades novas considerações deste tipo.

O problema dos modelos a adoptar, mais correctos ou menos correctos, e, porém, da responsabilidade de cada universidade e penso que poderão existir com vantagem sistemas diferentes. O que já não aceito é o argumento «pan-pedagoga» de alguns professores das áreas das Ciências da Educação (sublinho alguns, pois esse não é o entendimento de muitos outros) que apresentam o modelo das universidades novas como o único correcto, como se as ciências pedagógicas, que têm indubitavelmente um significativo valor na formação do docente, fossem entendidas como terapêutica milagrosa para resolver todos os problemas escolares e profissionais. Também não poderei aceitar o argumento do Poder que se supõe defender este sistema como o único possível, parecendo querer integrar-se numa filosofia educativa à maneira americana, em que a universidade se transforma numa escola de formação profissional, tipo «universidade de serviços». Finalmente, também não concordo com um sistema que — como disse — coloca em desvantagem os licenciados pelas faculdades de Letras e pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sem que haja um processo correctivo para evitar situações de injustiça.

Quanto ao sistema das faculdades de Ciências, poderá não conter os defeitos que julgo existirem nas universidades novas, mas haverá vantagem em adoptá-lo hoje, pelo menos tal qual ele funciona? Será que a divisão em dois ramos de licenciatura — uma científica e outra em educação — a partir do 3.º ano responderá aos problemas que agora se colocam às faculdades de Letras, em termos científicos e em termos profissionais? Julgo que não. Se a adopção do esquema das universidades novas provocaria necessariamente, à partida, a redução

drástica do *numerus clausus* pelo menos nas licenciaturas em ensino (4) — é preciso não esquecer (o que passa muitas vezes despercebido) que o *numerus clausus* de ingresso nessas áreas das novas universidades orça, em regra, quantidades que vão dos 15 aos 30 alunos em cada curso —, a adopção pura e simples do esquema das faculdades de Ciências criaria, sem vantagem, no meio do curso, um sistema de restrito *numerus clausus* para a área educacional, que conduziria os alunos mais habilitados para aí, porventura em prejuízo da área científica, ao passo que nesta se juntava um conjunto relativamente numeroso e diversificado de estudantes, cuja licenciatura continuava a abrir-se para... o desemprego.

O problema fundamental é, na verdade, o do emprego — digamos as coisas pelas suas próprias palavras. Por isso penso que não vale a pena alterar substancialmente as estruturas dos cursos de letras, com desvantagem científica e sem vantagem profissional para os seus licenciados. Segundo penso, é necessário sim modificar os currículos dos cursos tendo em conta a valorização da formação dos licenciados e tendo por isso vantajosa — como tem defendido o Conselho Científico da Faculdade de Letras de Coimbra — a adopção de um naipe significativo de disciplinas nas áreas das ciências da educação, que podem ser frequentadas como cadeiras optativas. Todavia, qualquer formação profissionalizante deve realizar-se em sistema de pós-graduação, seja ela na área de aperfeiçoamento científico (é o caso dos mestrados que há muito funcionam), seja na área educacional, seja em outro qualquer sector, como tradução, ciências documentais, museologia, conservação do Património, animação cultural, etc. As faculdades de Letras poderão, oportunamente e sem improvisos, pôr a funcionar estes cursos (alguns já existem ou foram agora propostos), mas o certo é que eles apenas continuarão a formar... desempregados, se não houver uma política de emprego neste país. As empresas privadas e as autarquias poderão contribuir para a criação de lugares que acolherão esses licenciados pós-graduados, mas é ao Governo que compete planejar e fomentar uma política de emprego. A universidade só caberá, quando muito auscultar necessidades, pois ela nunca poderá, nem deverá, ter uma função empregadora. É esta uma questão que os estudantes e o Governo terão de ter em conta. Este último, sobretudo, que não tem dado provas de capacidade nesse sentido. Se querem um exemplo, veja-se o caso dos mestrados há algum tempo a funcionar, a que não correspondeu ainda qualquer esquema favorável de acesso em matéria profissional.

Dia	1
	2
	3
	4
	5
	6
	7
	8
	9
	10
	11
	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
	31

Conflitos-estudantes

CONTESTAÇÃO ESTUDANTIL/ENSINO SUPERIOR/OPINIÃO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA


5. Julgo que é agora mais fácil compreender os problemas concretos que neste momento se desenham e que levaram à "revolta" dos estudantes de Letras. E creio que também se torna mais claro entender as contradições do processo e a desorientação que por vezes se tem manifestado.

Com efeito, tem havido certas dúvidas quanto ao sistema definitivo a adoptar na reestruturação dos cursos. A Faculdade de Letras de Coimbra alterou já legalmente o seu plano curricular em termos científicos (Port. n.º 508/86, de 10 de Setembro), ao contrário das outras faculdades, que estão agora a analisar as alterações a introduzir. Mas que modelo seguir, tendo em conta o processo de formação profissional — o das universidades novas? O das faculdades de Ciências? Uma terceira via cujas linhas gerais procurei definir e que encontrei em certa altura o consenso de amplos sectores (falo pelo que se passou em Coimbra), mas que foi depois superada, para agora voltar (segundo julgo) a estar na ordem do dia?

Todavia, o que tem provocado directamente a contestação dos estudantes não é o sistema, que em princípio, está neste ano a entrar em funcionamento em Coimbra (e que se encontra em estudo nas outras faculdades) cuja estrutura profissionalizante importa definir. É sim o modelo transitório de profissionalização docente que os conselhos científicos, os conselhos pedagógicos e agora as comissões de luta, têm vindo a estudar, em coordenação ou em confronto com o Ministério, para abranger os licenciados saídos das faculdades de Letras em 1987. Assentou-se inicialmente, num ciclo composto por um ano de formação teórica na área das ciências da educação e noutro de estágio profissionalizante. No entanto, esse curso funcionaria em sistema de *numerus clausus*.

A esta proposta os estudantes responderam com as seguintes reivindicações: a presença dos seus representantes nas negociações (o que já conseguiram) e, concretamente, a abertura do 1.º ano de formação a todos os recém-licenciados, abolindo portanto o *numerus clausus*, ou mesmo a sua anulação total abrindo-se as portas de acesso, tanto nesse 1.º ano, como no 2.º ano profissionalizante, o que suponho ter sido já considerada uma exigência impossível por parte das comissões de luta. Numa reivindicação complementar, os estudantes reforçaram a ideia da criação imediata de cursos profissionalizantes noutras áreas, alternativas da docência e dos mestrados.

A esta posição o Ministério tem evitado responder pela afirmativa ou pela negativa, responsabilizando os conselhos científicos e os conselhos pedagógicos pela escolha de soluções, ao mesmo tempo que curiosamente lhes promete apoio para pôr em funcionamento o sistema a adoptar. Desta forma, portanto, o Ministério lava as suas mãos, como se pouco tivesse que ver com o problema surgido, não só em relação às soluções, como relativamente aos motivos da situação de crise com que agora as faculdades de Letras se deparam.

É, na verdade, ao Ministério que incumbe a responsabilidade das decisões. Se as faculdades poderão analisar as possibilidades de criação de cursos transitórios, tendo em vista a profissionalização docente dos seus licenciados, em coordenação com os professores das áreas das Ciências de Educação e com as escolas secundárias, é ao Ministério que compete decidir, planear e regulamentar. E o Ministério da Educação sabe bem as limitações de espaço e de corpo docente que têm os seus estabelecimentos de ensino, porque conhece as restrições orçamentais que lhe tem imposto. Como sabe ainda da existência de centenas de licenciados por profissionalizar, que não pode de modo algum esquecer.

Daf que nos surjam algumas interrogações fundamentais. Será na realidade, possível anular de todo, neste momento, o *numerus clausus* na formação pedagógica pré-profissionalizante? Mesmo a ser possível, poderá evitar-se a massificação e o descrédito em que caiu o antigo curso de Ciências Pedagógicas, extinto em 1974? Quais serão depois as perspectivas que se abrem à profissionalização? Mesmo depois dela efectuada não surgirão problemas de colocação aos novos

profissionalizados? E, acima de tudo, será justo passar por cima de levadas sucessivas de licenciados em anos anteriores, que se encontram por profissionalizar e muitos deles na situação de desemprego, a tal -geração sacrificada- e silenciosa, que tem uma palavra a dizer?

6. Estamos, portanto, perante um problema complexo de difícil compreensão e de mais difícil solução. O certo, porém, é que cada sector neste envolvido tem de assumir as suas culpas e as suas responsabilidades. Quanto aos estudantes, os agentes principais deste processo, mesmo que se pense que têm actuado por sintonia com os seus colegas espanhóis e franceses e que estão a pedir a lua por meios nem sempre correctos, a verdade é que tiveram a virtude de abalar as estruturas da Escola e do aparelho de Estado, nem sempre verdadeiramente despertos para os seus problemas. E não se diga que o fazem por desejo de instabilidade e de falta de patriotismo...

Oxalá que, sem milagres, mas através de uma análise atenta dos problemas e de soluções correctas, o Ministério da Educação e também as universidades possam recuperar o tempo perdido em medidas isoladas e tantas vezes sem conexão e continuidade. Essa será afinal a vitória que os estudantes poderão alcançar. E já não é pouco.

(1) Ver, por exemplo, «Curso de História na Universidade de Coimbra. Cerca de 200 licenciados no ano passado; tudo no desemprego», in *Diário de Coimbra*, 17.4.1986.

(2) Ver o artigo referido anteriormente. (3) Em princípios de 1984, entreguei no Conselho Científico uma proposta de reestruturação dos cursos, tendo em vista um modelo de formação pedagógica e de profissionalização. Aprovada parcialmente, inspirou um ofício que o Conselho Científico enviou ao Conselho Pedagógico em 23.2.1984. Ver também no *Diário de Coimbra*, de 30.4.1986, o meu artigo «Curso de História na Universidade de Coimbra. O problema do desemprego».

(4) Veja-se o artigo da minha autoria e de António Simões Rodrigues, «Ingresso no Ensino Superior. Um labirinto de Creta da juventude portuguesa», *Jornal de Notícias*, 24, 25, 27, 28 e 29.12.1986. Será em breve republicado, com muitos aditamentos, pela Editora Estante, de Aveiro.

1/2

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Completos - estudantes

